

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS

ALICE DA SILVA MOREIRA

**NARRATIVAS QUE SE CONFUNDEM: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE A HISTÓRIA  
DO BRASIL A PARTIR DA PROTAGONISTA KEHINDE/LUÍSA MAHIN, DO ROMANCE  
*UM DEFEITO DE COR***

PORTO ALEGRE  
2019

ALICE DA SILVA MOREIRA

**NARRATIVAS QUE SE CONFUNDEM: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE A HISTÓRIA  
DO BRASIL A PARTIR DA PROTAGONISTA KEHINDE/LUÍSA MAHIN, DO ROMANCE  
*UM DEFEITO DE COR***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

Porto Alegre

2019

Alice da Silva Moreira

**NARRATIVAS QUE SE CONFUNDEM: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE A HISTÓRIA  
DO BRASIL A PARTIR DA PROTAGONISTA KEHINDE/LUÍSA MAHIN, DO ROMANCE  
*UM DEFEITO DE COR***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial e  
obrigatório para obtenção do título de Licenciada em Letras.

Aprovado em: \_\_\_\_\_.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia Liberato Tettamanzy - Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Liliam Ramos da Silva - UFRGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Mielczarski dos Santos - UFRGS



“Quando não souberes para onde ir, olha para trás e saiba pelo menos de onde vens”.

Provérbio Africano

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Geni Vieira da Silva, por todo o amor proporcionado e por todo esforço empregado para que eu chegasse até aqui.

Ao meu pai, Júlio César Moreira, pelas lutas que travou para que eu tivesse um diploma.

À minha irmã, Fabiane Vieira, por todo cuidado e afeto; e, especialmente, por ter alimentado em mim o gosto pela leitura.

À minha prima, Mayara Luíza, pelas conversas despreziosas e pelas alegrias que vivemos juntas.

À Greice Alves, amiga amada e antirracista, por me apoiar; por lutar ao meu lado.

À Rochelle Rodriguês e Fabiele Alves, por todos os anos de amizade e amor.

À Caroline Ramires, por cada abraço apertado; por toda palavra de incentivo; por ter acompanhado a escrita deste trabalho até o último ponto final.

À professora Andréa Bongiorno, por todo suporte e carinho.

À professora Liliam Ramos, por ter me apresentado *Um defeito de cor* e me ensinado tanto.

À Ana Lúcia Liberato Tettamanzy, orientadora deste trabalho, por me apoiar quando optei pela literatura escrita por mulheres negras; pelo seu empenho no ensino e pesquisa de Literatura; pelo seu desejo de construir espaços decoloniais que respeitem as cosmovisões e cosmovivências dos povos historicamente violados; por incluir negros e indígenas nos cronogramas; por acreditar em mim.

Ao grupo de pesquisa Letras e Vozes Anticoloniais, pelo acolhimento e por todo aprendizado construído coletivamente.

Aos meus alunos, por reforçarem, sempre que possível, o potencial transformador da sala de aula.

Ao Centro de Estudantes de Letras, pela formação extra-acadêmica que me proporcionou e pelas mudanças que realizou no curso de Letras e na UFRGS nos últimos anos.

Aos amigos combativos Adriele Albuquerque, William Gonçalves, Ana Laura Horbach e Bianca Barreto.

Aos trabalhadores e trabalhadoras deste país, por financiarem a Universidade Pública.

À Relinter, por me conceder a bolsa “Santander Ibero-Americanas”, que viabilizou minha mobilidade acadêmica. A todos e todas que participaram da minha campanha financeira.

À Hayline Vitória, Jamile Klanovicz, Pamela Zorn e Marília de Sousa, por terem sido minha família durante meu intercâmbio em Évora, Portugal.

Aos colegas da Letras que se tornaram amigos e me acompanharam nesta linda e difícil caminhada que é a graduação.

Ao João Vítor Santos, por ser meu amor, meu cúmplice e tudo.

Às escritoras negras, por toda resistência.

Aos meus ancestrais, pois meus passos vêm de longe.

## RESUMO

O estudo do romance histórico *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, justifica-se pela necessidade de visibilizar e legitimar narrativas literárias e históricas ignoradas pelo pensamento hegemônico ocidental. O *Discurso sobre o colonialismo* (1955), de Aimé Césaire, nos leva a compreender o regime escravista como base do colonialismo e a contestar na obra sociológica *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, a perspectiva que, a partir da casa-grande, romantizou as relações entre senhores e negros escravizados e fortaleceu o mito da democracia racial. Assim, tentamos desmistificar essas relações coloniais pautadas pela violência com base nas formulações acerca do devir negro do filósofo Achille Mbembe (2014) e nos conceitos de lugar de fala, da socióloga Djamila Ribeiro (2017) e de escrevivência, da escritora Conceição Evaristo (2017). Apresentamos, ainda, um debate sobre a literatura negro-brasileira ou afro-brasileira conforme os termos do escritor Cuti (2010) e do professor e crítico literário Eduardo de Assis Duarte. Por fim, compreendo a escrita de Ana Maria Gonçalves como uma resposta decolonial (MIGNOLO, 2017) e contra colonial (SANTOS, 2015) ao apagamento no cânone literário nacional das resistências de grupos historicamente oprimidos. Como resultado, consideramos o romance de Gonçalves uma escrita que, sob a perspectiva da mulher negra, foca na construção da protagonista Kehinde como ato decolonial sobre a história do Brasil.

**Palavras-chave:** *Um defeito de cor*; Decolonialidade; Literatura Afro e/ou Negro-brasileira; Kehinde/Luísa Mahin; História do Brasil.



## RESUMEN

El estudio de la novela histórica *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, se justifica por la necesidad de visibilizar y legitimar narrativas literarias y históricas ignoradas por el pensamiento hegemónico occidental. El *Discurso sobre o colonialismo* (1955), de Aimé Césaire, nos lleva a comprender el régimen esclavista como la base del colonialismo y al contestar la obra sociológica *Cas-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, la perspectiva que, desde la casa-grande, romantizó las relaciones entre los señores y negros esclavizados y fortaleció el mito de la democracia racial. Por tanto, intentaremos desmitificar tales relaciones coloniales pautadas por la violencia basado en las formulaciones sobre el devir negro del filósofo Achille Mbembe (2014) y en los conceptos de lugar de fala, de la socióloga Djamila Ribeiro (2017) y de *escrevivência*, de la escritora Conceição Evaristo (2017). Presentaremos aún un diálogo sobre la literatura negro brasileña o afro-brasileña de acuerdo con los términos del escritor Cuti (2010) y del profesor y crítico literario Eduardo Assis Duarte. Por fin, comprendemos la escritura de Ana Maria Gonçalves como una respuesta descolonial (MIGNOLO, 2017) y contra colonial (SANTOS, 2015) a la desaparición del canon literario nacional de la resistencia de grupos históricamente oprimidos. De esta forma, pasamos a considerar el romance de Gonçalves como una escritura que, bajo la perspectiva de la mujer negra, enfoca en la construcción de la protagonista Kehinde como acción decolonial sobre la historia de Brasil.

**Palabras claves:** *Um defeito de cor*; Decolonialidade; Literatura Negro y/o Afro-brasileña; Kehinde/Luísa Mahin; Historia do Brasil.

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** | 8

**2 DISCURSOS SOBRE O COLONIALISMO E A POSTURA ANTICOLONIAL: O  
DECOLONIAL E O CONTRA COLONIAL** | 11

2.1 CASA-GRANDE & SENZALA: AS RELAÇÕES COLONIAIS SOB A  
PERSPECTIVA DO COLONIZADOR | 16

2.2 LUGARES DE FALA: A ESCRIVIVÊNCIA COMO LUGAR DE POTÊNCIA | 20

**3 LITERATURA AFRO OU NEGRO-BRASILEIRA?** | 24

3.1 A LITERATURA AFRO E/OU NEGRO-BRASILEIRA COMO CONFRONTO AO  
APAGAMENTO E AOS ESTEREÓTIPOS | 28

3.2 VOZES-MULHERES NA LITERATURA AFRO E/OU NEGRO-BRASILEIRA | 30

**4 A PROTAGONISTA KEHINDE/LUÍSA MAHIN** | 34

4.1 A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O OLHAR DA MULHER  
NEGRA | 37

4.2 A VISÃO DO COLONIZADOR NÃO PODE SER A HISTÓRIA ÚNICA | 39

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS** | 41

**REFERÊNCIAS** | 43

## INTRODUÇÃO

Em 2017, ao ingressar no grupo de pesquisa “Letras e Vozes Anticoloniais”, coordenado pela professora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy; sendo bolsista voluntária, iniciou-se o estudo do romance histórico *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves. Durante este percurso, no programa de iniciação científica do NEAB-UFRGS, também sob a orientação da professora Ana, passamos a investigar elementos decoloniais e contra coloniais na representação da mulher negra no livro *Um defeito de cor*. Além disso, durante a graduação, a partir de estudos feministas e antirracistas, houve a possibilidade de conhecimento e estudo de autoras como Djamilia Ribeiro, Angela Davis, bell hooks<sup>1</sup>, dentre outras. Assim, consideramos este trabalho como uma pequena síntese dos incômodos que atravessaram o percurso acadêmico (e extra-acadêmico) em relação a gênero, raça e literatura.

Ao considerarmos que a opressão imposta aos negros, sobretudo em relação às mulheres negras, consolidou-se no colonialismo escravista, evidencia-se que o regime colonial, além de destituí-los de humanidade negou a estes a possibilidade de futuro. Através dos estudos realizados, entendemos, mais a fundo, que o colonizador branco, além de exercer influência social e econômica, também interfere na produção cultural. As histórias da literatura revelam, através do cânone literário, quais narrativas são legitimadas pelo discurso hegemônico em detrimento de outras. Contudo, de maneira insurgente, o cânone vem sendo confrontado pela literatura negro e/ou afro-brasileira escrita por autores negros, sobretudo por autoras negras. Nestas páginas, a fim de ajudar a romper a lógica colonial que invisibiliza a produção das mulheres negras, temos como objetivo discutir o romance *Um defeito de cor*, sob a perspectiva da mulher negra, Kehinde, como uma escrita decolonial da história do Brasil.

Devido à elevação da consciência racial e ao aumento dos estudos acadêmicos referentes às questões étnico-raciais - ambos motivados pela articulação do movimento negro brasileiro e pela implementação da política de cotas<sup>2</sup>, conquista do movimento

---

<sup>1</sup> A autora prefere ser referenciada sem letras maiúsculas para que o foco seja direcionado a sua mensagem e não ao próprio nome.

<sup>2</sup> Lei a qual garante que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, no mínimo, 50% das vagas aos alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parte dessas vagas será preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

negro, que mudou a cor e classe do ensino superior brasileiro - o século XXI já começa com maior visibilidade em relação à literatura produzida por autoras negras e autores negros. Embora os desafios ainda sejam muitos e que tenhamos que avançar desde a perspectiva crítica, nota-se certo progresso, seja pela Lei nº 10.639/2003<sup>3</sup>, pelo aumento das publicações de homens negros e mulheres negras, pela inclusão de autores negros e autoras negras nos planos de ensino de cursos superiores em Letras, pela abordagem de suas produções em escolas e provas de acesso à Universidade Pública, dentre outros elementos.

Entretanto, para que o cenário mude, os avanços devem continuar. Tanto nos cursos de Letras, como em outras áreas do âmbito acadêmico, seguimos os pressupostos da matriz de dominação, que prioriza a visibilidade e a legitimidade do pensamento hegemônico enquanto abafa outras epistemes. No caso da Letras, ainda reforçamos a leitura e o estudo do cânone literário e lançamos para a subalternidade a escrita proveniente dos negros, das mulheres e dos indígenas. Embora entendamos a importância do cânone, é preciso levantar as vozes silenciadas ao longo da história da literatura. Nesse sentido, este trabalho também se pretende uma pequena contribuição para a ruptura dessa lógica colonial que conta a história da literatura a partir de recortes que priorizam, por séculos, a visão do colonizador branco e intelectualizado.

No primeiro capítulo, serão apresentados alguns elementos do texto *Discurso sobre o colonialismo* (1955), de Aimé Césaire, poeta e político, que, em meados do século XX, já denunciava as mazelas do colonialismo nas Américas e em África. A partir do ensaio de Césaire, serão levantadas algumas discussões sobre o pensamento decolonial, de Walter Mignolo e contra colonial, de Antônio Bispo dos Santos, teorias que se opõem à matriz de dominação e às práticas colonizadoras impostas, também, ao campo epistêmico. Com base em Gilberto Freyre, sociólogo e jornalista, a partir de *Casa-Grande & Senzala*, desconfiguraremos, ainda, o retrato romântico do Brasil colonial desenhado pelo sociólogo. Ainda, reiteramos a perspectiva de Freyre, da janela da casa-grande, como fator decisivo para a composição do teor de sua obra. Após isso, será abordado o conceito lugar de fala, cunhado por Djamila Ribeiro, socióloga e ativista, e reivindicaremos a voz das mulheres negras como uma resistência diante da hegemonia. Nesse sentido, valemo-nos do conceito de escrevivências, da escritora e teórica Conceição Evaristo, que evidencia a produção literária das mulheres negras como um espaço de denúncia do racismo e do machismo. No

---

<sup>3</sup> Lei complementar que torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

segundo capítulo, serão apresentadas as contribuições acerca da formação e consolidação da literatura negro-brasileira, de Cuti, poeta e escritor, e da literatura afro-brasileira, de Eduardo de Assis Duarte, professor e crítico literário. A partir do conceito de literatura negro e/ou afro-brasileira, destaca-se a obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, escritora e ex-publicitária, como um confronto ao apagamento e aos estereótipos que permeiam da historiografia literária. Por fim, no terceiro capítulo, analisa-se a composição decolonial da personagem Kehinde, que salienta outras possibilidades para as personagens negras. Além disso, sob o olhar da protagonista, teremos a reconstituição de outra história do Brasil colônia e da escravização.

Ressaltamos que o corpus de análise é a obra *Um defeito de cor*, publicado em 2006 pela Editora Record. Além disso, traduzimos as citações que advêm de textos em língua espanhola, que podem ser encontrados nas versões originais em nota de rodapé.

## **2 DISCURSOS SOBRE O COLONIALISMO E A POSTURA ANTICOLONIAL: O DECOLONIAL E O CONTRA COLONIAL**

Muitos aspectos sócio-político-culturais diferem as Américas de África. Ao se tratar de América Latina, os laços se estreitam. Ou seja, a história das Américas e do continente africano se confundem, convergem. Entre as semelhanças, um ponto merece destaque, pois mudou o curso dessas histórias e da História: a colonização. Nesse sentido, pode-se dizer que ambos continentes configuram territórios marcados pela violência e pela exploração. A serviço dos processos de colonização, o sistema escravista manteve as Américas como o destino e a incerteza dos negros sequestrados, enquanto África se firmou como o ponto de partida e a lembrança daqueles que lá viviam.

No contexto das Grandes Navegações e da busca de novas rotas marítimas em direção às Índias, o século XVI é notado pela descoberta das terras ameríndias, denominado novo mundo. Diante de um extenso território com solo fértil e uma grande diversidade de fauna e flora, os europeus veem no continente desconhecido uma oportunidade para acumular riquezas e expandir o cristianismo em prol da civilização. Dessa forma, em nome desenvolvimento econômico e da fé, portugueses e espanhóis impuseram aos nativos a catequização e o trabalho e a exploração da terra e dos recursos naturais, isto é, impuseram os modos de vida já consolidados na Europa civilizada.

Sem contar com a resistência dos povos ameríndios em relação a este processo civilizatório, os colonizadores, temerosos com o fracasso da empreitada, respondem com violência extrema, com sangue. Estabeleceu-se, então, uma política de guerra. Genocida. Com o extermínio e a resistência indígena, o projeto colonial passa a ser impedido pela escassez de mão de obra ofertada nas colônias. Logo, tal lacuna é preenchida pelo modelo de produção que imperou, no caso do Brasil, por mais de quatro séculos, o escravismo.

Sustentado pelo discurso cristão de que negros não possuíam alma e, mais tarde, por teorias eugenistas que afirmavam uma suposta superioridade branca em termos biológicos, a prática da escravidão se incorporou perfeitamente ao plano colonial. No Brasil, a mão de obra dos negros escravizados era o motor da economia latifundiária. Pode-se dizer que foi a força de trabalho dos africanos e de seus descendentes que possibilitaram os grandes ciclos econômicos do Brasil Colônia como o ciclo do pau-brasil, da cana de açúcar e do ouro.

Neste cenário escravocrata, houve um enorme esforço europeu para justificar as condições de exploração e violência extrema imposta aos indígenas, negros e mestiços. Em sua obra *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina* (2005), Aníbal

Quijano<sup>4</sup> discute sobre o quão importante foi delimitar a ideia de raça para diferenciar conquistados de conquistadores a partir de referências fenotípicas que fundamentassem as relações de poder estabelecidas nas colônias, assim afirma o autor: “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista.” (2005, p. 118). Para o sociólogo, a noção de raça nunca fora conceituada tampouco discutida antes da descoberta das Américas. Afirmar isso é, na prática, uma forma de compreender a ideia de raça como uma ferramenta criada pelo colonialismo e indispensável para o funcionamento do mesmo. Nas palavras de Quijano:

A formação de relações sociais fundadas nessa ideia, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios, negros e mestiços, e redefiniu outras. Assim, termos com espanhol e português, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 117)

A classificação entre raças para determinar lugares sociais e, no caso, do colonialismo, lugares de exploração e desumanização, serviu como base para a implementação do sistema escravista nas Américas. Desse modo, em terras brasileiras, além de constituir-se como um pilar essencial para o sistema econômico, o escravagismo funcionou como ferramenta para maior controle e domínio dos colonizados, visto que os negros escravizados, bem como os indígenas, tiveram suas identidades negadas e foram submetidos a um forçoso processo de aculturação, que rejeitava e desqualificava todo e qualquer traço oriundo dos povos africanos e ameríndios.

Dessa forma, Américas e África dividem passados coloniais semelhantes, já que ambos continentes foram submetidos a uma política colonialista caracterizada pela imposição autoritária e racista de uma cultura (dominante) sobre outra (subalternizada). É possível dizer que, enquanto nas Américas, o colonialismo agiu para dizimar e explorar indígenas e negros escravizados, respectivamente. Em África, após a partilha do continente, os colonizadores rejeitaram os sistemas e modos de vida locais e constituíram um continente outro, composto por países comandados e legitimados pelas grandes potências europeias. As mesmas potências que, por séculos, exploraram as terras,

---

<sup>4</sup> Aníbal Quijano é um sociólogo peruano, conhecido por ter desenvolvido o conceito de *colonialidade do poder*.

participaram do tráfico de escravizados, impuseram novas formas de governo e mantiveram o continente africano sob as amarras de uma guerra colonial interminável.

Em resposta a essa violenta dominação, insere-se as contribuições do poeta Aimé Césaire. No ensaio *Discurso sobre o colonialismo* (1955), o autor, ao ocupar o lugar social de colonizado, confronta o sistema colonialista implantado nas Américas e em África. Fomentado pela opressão, o enfrentamento de Césaire aviva e alavanca uma consciência anticolonialista. Dessa forma, conforme afirma Mário de Andrade, Césaire utiliza-se do discurso como arma de combate ideológico (1977, p. 8). Em meio a uma conjuntura de movimentos de libertação nacional e de luta contra o colonialismo, o ensaio de Césaire reivindica o direito dos povos colonizados a terem sua própria história e serem protagonistas da mesma.

Ao posicionar-se de maneira anticolonial, Césaire questiona a civilização daqueles que se pretendiam civilizadores. Para ele, a noção de civilização estava muito distante das posições tomadas pelos colonizadores, pois aqueles que se entendiam pertencentes a uma ordem superior, são os mesmos que matavam e saqueavam (1977, p. 15). Nesse sentido, o autor desacredita a ideia de civilização disseminada pelo cristianismo, pois os colonialistas criaram falsos paradigmas para vitimar negros, indígenas e amarelos, como é ilustrado abaixo:

neste domínio, o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas: cristianismo = civilização; paganismo = selvajaria, de que só se podiam deduzir abomináveis conseqüências colonialistas e racistas, cujas vítimas haviam de ser os Índios, os Amarelos, os Negros. (CÉSAIRE, 1977, p. 15)

Como exposto no trecho, o colonialismo valeu-se das premissas cristãs para demonizar as crenças dos povos em situação colonial e, conseqüentemente, aproximá-los de uma selvageria nata. Na tentativa de animalizar o colonizado, o colonizador colocou-se em sua condição mais animal, visto que as atrocidades coloniais embruteceram e desumanizaram, também o colonizador dito civilizado. Como vemos nas palavras de Césaire:

Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende, que o colonizador, para se dar boa consciência se habitua a ver no outro o *animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objectivamente a transformar-se ele próprio, *em animal*. (CÉSAIRE, 1977, p. 23-24)



Convertendo-se em animais a partir de um relativismo moral, os colonizadores demonstram que a violência e a opressão exercida sobre os povos colonizados é justificável e defensável já que a população em questão é tida como pagã, selvagem e inferior. Justamente por estes motivos, o autor reforça o ponto mais crucial da colonização: “O que é grave é que “a Europa”, moralmente, espiritualmente, é indefensável” (CÉSAIRE, 1977, p. 14). Isto é, o tratamento dado aos colonizados pelos europeus, em nenhuma instância, é admissível ou aceitável, porque esse comportamento colonial mostra a completa descivilização da população europeia.

Ao assumir uma postura anticolonial, o discurso de Aimé Césaire apontou a necessidade de construção de novos paradigmas de conhecimento, que não restringe às teorias europeias. Assim, a contribuição de Césaire constituiu uma das mais sólidas manifestações acerca do colonialismo e encabeçou os debates que, mais tarde, denominamos decolonial ou descolonial e contra colonial.

Os termos descolonial ou descolonialidade muitas vezes são abordados com a supressão do “s”, tornando-se decolonial ou decolonialidade. Catherine Walsh<sup>5</sup> reforça que esta supressão constitui um jogo linguístico para afastar-se da ideia de “desamar, desfazer” do castelhano. Para ela, não há como anular a colonialidade. Desobedecer a matriz colonial é, sobretudo, uma atitude, um projeto, um posicionamento de resistência e transgressão. (WALSH, 2013)

Segundo Walter Mignolo<sup>6</sup>, na qualidade de uma renovação crítica do pensamento, o movimento descolonial e/ou decolonial funda-se pela oposição dos conceitos modernos e eurocentrados advindos de categorias de conceitos gregos e latinos e que consideram a empiricidade e subjetividade dessas bases (MIGNOLO, 2008). Desse modo, para descolonizar o pensamento, é necessário uma desobediência epistêmica. Já que a enunciação da epistemologia ocidental é pautada pela mente em relação a Deus e em relação à Razão, o espaço epistemológico que reivindica a de(s)colonialidade precisa desvincular-se desta estrutura sustentada pela matriz colonial. Assim entende-se o pensamento de(s)colonial, nas palavras de Mignolo:

Por isso, o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da

---

<sup>5</sup> Catherine Walsh é professora na Universidade Andina Simón Bolívar e organizadora do livro *Pedagogías Decoloniales*, que compõe a série Pensamiento Decolonial.

<sup>6</sup> Walter Mignolo é um professor e semiólogo argentino, sendo um dos principais teóricos do pensamento decolonial latino-americano.

sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais. (MIGNOLO, 2017, p. 6)

Nesse sentido, Mignolo ainda completa: “O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade” (2017, p. 6). Ou seja, para o sociólogo, optar pelo de(s)colonial acarreta optar, também, pela constante crítica da colonialidade e da modernidade. Já que entendemos descolonial e decolonial enquanto posturas equivalentes, escolhemos, neste trabalho, pelo uso do termo decolonial, grafia utilizada preferencialmente também na língua espanhola.

Na disputa por novos discursos e pensamentos, encontra-se a proposição contra colonial. No livro *Colonização, Quilombos: modos e significações* (2015a), Antônio Bispo dos Santos<sup>7</sup> promove um debate sobre a invasão dos territórios dos povos afro-pindorâmicos. Também inserida nessa vertente anticolonial, a discussão de Santos afirma que a Carta de Pero Vaz de Caminha ilustra perfeitamente o pensamento que os colonizadores tinham daqueles povos que pretendiam escravizar. Nessa análise, para o autor, o perfil dos colonizadores estabelece e delinea o perfil dos contra colonizadores. Diante da violência colonial que se materializou pela coisificação/animalização dos povos colonizados em virtude da exploração e da expropriação, Santos define os termos colonização e contra colonização baseadas nas relações de violência física e simbólica instituídas pelo colonialismo:

Vamos compreender por colonização todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra. E vamos compreender por contra colonização todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios. (SANTOS, 2015a, p. 47-48)

Após reivindicar como contra colonização todos os atos de resistência em defesa dos territórios e modos de vida dos colonizados, o autor propõe estabelecer o que é, de fato, a atitude contra colonial dos povos afro-pindorâmicos, ao delimitar, afinal, quem são os contra colonizadores e, por consequência, os colonizadores, como vemos no excerto:

---

<sup>7</sup> Antônio Bispo dos Santos é um poeta, escritor, lavrador, ativista político e militante das causas quilombolas. Entre 2012 e 2013, foi professor e mestre convidado da disciplina Encontro de Saberes na Universidade de Brasília (UnB).

Assim sendo, vamos tratar os povos que vieram da África e os povos originários das Américas nas mesmas condições, isto é, independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização, os chamaremos de contra colonizadores. O mesmo faremos com os povos que vieram da Europa, independentemente de serem senhores ou colonos, os trataremos como colonizadores. (SANTOS, 2015a, p. 48)

Vale ressaltar que, segundo o autor, a colonização precisou estabelecer diferenças entre colonizadores e contra colonizadores. Ao sustentar uma diferenciação entre a cosmovisão cristã monoteísta e a cosmovisão pagã monoteísta, os colonizadores atacam e desqualificam a religiosidade e a identidade individual e coletiva das pessoas afro-pindorâmicas.

Portanto, em um contexto de constante (re)colonização, é imprescindível reivindicar-se anticolonial. Pois, ao colocarmos outras narrativas e saberes em disputa, legitima-se outros espaços epistemológicos. Decolonizar o pensamento, não significa rejeitar o pensamento hegemônico. Significa, sobretudo, criticar as contribuições eurocêntricas e apontar outras possibilidades e lugares do conhecimento. Dessa forma, os povos colonizados, ao dizerem-se anticoloniais, assumem um posicionamento político que contribui para a descolonização do conhecimento e de múltiplas subjetividades. Independentemente do termo utilizado, a opção decolonial requer desobedecer a matriz colonial nas diferentes áreas do conhecimento. Seja nas artes, nas ciências sociais, na literatura, decolonizar é, sobretudo, construir espaços de resistência e de luta contra a opressão.

## 2.1 CASA-GRANDE & SENZALA: AS RELAÇÕES COLONIAIS SOB A PERSPECTIVA DO COLONIZADOR

Ao nos reportamos à historiografia da Literatura Brasileira, constatamos certa insuficiência de uma verdadeira representação negra no âmbito literário, onde podemos, também, notar a constante ausência de espaço e reconhecimento de autores negros, sobretudo, autoras negras. Essa lacuna, consolidada ao longo dos tempos, foi preenchida, timidamente, por escritores como Bernardo Guimarães e Castro Alves. Guimarães, abolicionista, em sua famosa obra *A escrava Isaura* (1875), narrou a história de uma escravizada de pele clara e cabelos soltos. Enquanto Alves, “poeta dos escravos”, produziu sua principal obra, *O Navio Negreiro* (1880), sob a visão do homem branco de classe

economicamente favorecida.

Contudo, em meados do século XX, a presença negra na literatura, aos poucos, passou por processos de remodelação. Tal fato contribuiu para a construção de um espaço mais sólido no que se refere à literatura afro e/ou negro-brasileira. Mais tarde, já no século XXI, na escrita contemporânea, essa produção se propõe, de fato, a retratar a história colonial marcada pela escravização, pela violência e pelo domínio colonial. Dentro dessa nova geração insere-se o romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. A narrativa, além de nos contar a história de Kehinde/Luísa, reconstitui a história coletiva da escravização brasileira.

Desse modo, podemos estabelecer *Um defeito de cor* como um confronto às ideias do sociólogo Gilberto Freyre que, em seu famoso ensaio *Casa-Grande & Senzala* (1993), romantizou as relações entre senhores de engenho e negras escravizadas, alicerçado pela teoria eugenista da miscigenação das raças como fator decisivo para o avanço social e econômico do Brasil colonial. Segundo Freyre, a formação nacional não se sintetiza por abuso e violação sexual, mas sim, por “zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’” (FREYRE, 2006, p. 33). Embora a publicação de Freyre tenha quase cem anos, essa perspectiva distorcida acerca da escravização não só legitimou representações e discursos equivocados, como também potencializou o mito da democracia racial disseminado, principalmente, no Brasil contemporâneo, já que, segundo Daiana Nascimento dos Santos (2015b), deu ao contexto outra textura, que suaviza a escravização brasileira e romantiza o engenho de açúcar.

Contrariamente às concepções de Freyre, o texto de Gonçalves é permeado por situações que denunciam a postura abusiva e violenta dos senhores com as negras escravizadas. Tais relações reforçavam posições hierárquicas entre proprietários (senhores) e peças (escravizados). No subcapítulo "A posse", Kehinde relata a experiência traumática de seu estupro, quando seu corpo é possuído, de fato, pelo sinhô José Carlos, que pula sobre ela com o membro já duro: “o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas” (GONÇALVES, 2016, p. 171).

O trecho desmistifica a ideia de casa-grande consolidada por Freyre, ao mesmo tempo, demonstra a evidente relação de poder entre senhor e escravizado (SANTOS,

2015b). Nessa perspectiva, podemos nos valer dos pensamentos de Achille Mbembe<sup>8</sup>, onde a relação dicotômica senhor e escravizado também pode ser interpretada pela tensão entre colonizador e colonizado. Conforme Mbembe, as relações assentadas nas colônias são similares a um cenário de guerra, onde a hierarquia entre as raças era um dos principais pilares da dominação: “a matriz principal desta técnica de domínio – a colonização – é originalmente a guerra, forma maior da *luta até a morte*. Poderíamos acrescentar, parafraseando Foucault, que na colônia, a luta até a morte é, no fundo, uma guerra de raças” (2014, p. 183).

Em vista disso, Mbembe recria e contraria a imagem da colonização, pois, agora, o olhar romântico e harmônico, é substituído pela violência do colonizador e a agonia do colonizado. Amparado pelo poder e pela brutalidade, esse tensionamento denuncia toda a perversidade imbuída no processo colonial que desumaniza o corpo negro até animaliza-lo e/ou objetificá-lo. Nesse cenário quase bélico, a violência constitui-se em três dimensões, nas quais o colonizador oprime o colonizado desde o comportamento cotidiano até insinuar a inexistência de um futuro desprezado da violência: “É ‘violência no comportamento cotidiano’ do colonizador a respeito do colonizado, ‘violência a respeito do passado’ do colonizado, ‘que é esvaziado de qualquer substância’, e violência e injúria a respeito do futuro, ‘pois o regime colonial apresenta-se como eterno’” (MBEMBE, 2014, p. 183).

Dessa forma, é possível dizer que o romance de Gonçalves compromete-se em acusar a violência cotidiana nas relações entre escravistas e escravizados, em que a presença dos maus-tratos, dos abusos físicos, sexuais e psicológicos opera como instrumentos de manutenção do poder colonial, em que os senhores veem os escravizados como propriedades que estão à disposição para satisfazer seus desejos. Nesse convívio, em constante confronto, a ordem do poder implica sempre os escravizados como patrimônio de seus senhores (SANTOS, 2015b). Esse explicita que, tanto o estupro de Kehinde, quanto a violência sobre o corpo grávido de Verenciana demonstram que a manutenção do domínio colonial se faz através da força:

Enquanto o sangue espirrava longe, a sinhá dizia que olhos daquela cor, esverdeados, não combinavam com preto, e fazia a faca rasgar a carne até contornar por completo o olho, quando então enfiou os dedos por dentro do corte, agarrou a bola que formava o olho e puxou, deixando um buraco no lugar (GONÇALVES, 2016, p. 106).

---

<sup>8</sup> Achille Mbembe é um filósofo, teórico político e professor universitário camaronês. Autor dos títulos *Necropolítica* (2011), *Crítica da Razão Negra* (2013) e *Políticas da Inimizade* (2016).

No excerto, a violência física combina-se a violência psíquica, pois Verenciana, dona de lindos olhos esverdeados, era uma das escravizadas preferidas de sinhô José Carlos e, depois que a sinhá Ana Felipa descobre a gravidez da menina, a cega para que nunca possa ver o rosto do filho mestiço. Além disso, a violência se estende à ancestralidade e ao passado do colonizado, quando notamos o esforço do colonizador para apagar sua identidade, religião, costumes e língua. Podemos salientar, então, que, ao chegar às terras brasileiras, a protagonista Kehinde é rebatizada (com nome de branco), por um padre (da Igreja Católica) e é forçada a falar somente a língua do colonizador (o português), sob pena de castigo caso fale sua língua materna, Iorubá, assim notamos no trecho em que Esméria se dispõe a ensinar a língua portuguesa para a protagonista:

Enquanto comia com gosto e fome, ela me olhava com pena e carinho, e quando devolvi o copo vazio, falou em iorubá que eu tinha que aprender logo o português, pois o sinhô José Carlos não permitia que falassem línguas de pretos em suas terras, e que qualquer coisa de que eu precisasse era para falar com ela, que se chamava Esméria (GONÇALVES, 2016, p. 74)

Essas questões reiteram, de acordo com Rolando Vázquez Melken, que a colonialidade para afirmar-se enquanto modernidade precisa se mostrar como a totalidade da presença e presente, ao mesmo tempo em que renuncia o passado:

Se a modernidade é a afirmação do controle sobre a presença, faz-se necessário perguntar sobre o sentido próprio da colonialidade. Esta revela o movimento de exclusão, de violência, de invisibilidade, do esquecimento inseparável da modernidade. A colonização, no nosso entender, marca os movimentos para se ausentar, para menosprezar, para denegrir, para relegar ao esquecimento e ao passado o que não tem lugar na modernidade.<sup>9</sup> (MELKEN, 2014, p. 181, tradução nossa)

A ideia moderna de totalidade do presente conecta-se com a violência referente ao passado citada por Mbembe, porque apagar a identidade, a ancestralidade, a crença e a língua do colonizado, no plano material, determina a violência simbólica a respeito do passado, onde a modernidade e o progresso só se consolidam na ausência do passado (atrasado) do colonizado e na total presença do presente (avançado) do colonizador. Podemos dizer, então, que esse princípio moderno de colonização já se encontrava

---

<sup>9</sup> No original: “Si la modernidad es la afirmación del control sobre la presencia, se hace necesario preguntar sobre el sentido propio de la colonialidad. Esta revela el movimiento de exclusión, de violencia, de invisibilización, de olvido inseparable de la modernidad. La colonialidad, a nuestro entender, marca los movimientos para ausentar, para menospreciar, para denigrar, para relegar al olvido o al pasado lo que no tiene lugar en la modernidad”.

justaposto nas páginas de *Casa-Grande & Senzala*, onde o autor declara que: “No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores” (FREYRE, 2006, p. 32).

Enfatizar o discurso do avanço socioeconômico e encobrir os maus-tratos e os abusos ligados a essa concepção moderna caracterizam uma perspectiva dominante e colonial, em que a negação e o apagamento da violência na representação das relações escravistas, levantadas por Freyre, indicam um elo entre o discurso do autor e seu lugar de fala. Assim, escrevendo sob o ponto de vista de sua classe social, da janela da casa-grande, Freyre concede ao texto outro tom, que suaviza a violência da escravização brasileira (SANTOS, 2015b).

## 2.2 LUGARES DE FALA: A ESCRIVIVÊNCIA COMO LUGAR DE POTÊNCIA

Devido aos últimos processos eleitorais, no Brasil, o debate político tomou, em grandes proporções, também, as redes. Ao ocupar 2º lugar no ranking dos países que mais ficam nas redes sociais, segundo a pesquisa da empresa britânica *GlobalWebIndexos*, publicada no site *Época Negócios* (2019), os usuários brasileiros mudaram o caráter de sites como Facebook, Instagram e Twitter. As páginas que, outrora serviam para mero entretenimento, passaram a ser palco de discussões sócio-político-ideológicas. Nesse turbilhão, também surgiu a reivindicação de conceitos sociológicos, dentre eles o termo lugar de fala.

Tendo sua origem imprecisa historicamente, acredita-se que o termo lugar de fala tenha surgido no cerne das discussões acerca da teoria racial crítica. No livro *O que é Lugar de Fala?* (2017), Djamila Ribeiro cunha o termo através de estudos que atravessam questões raciais e de gênero. Para a socióloga, todos podem falar sobre os mais variados e polêmicos temas. Entretanto, é importante que o lugar de fala de cada sujeito seja relacionado ao locus social que ele ocupa. Não significa dizer que lugar de fala seja vinculado somente às experiências e vivências do sujeito. Na verdade, o lugar de fala é estabelecido pelo lugar social que o sujeito ocupa dentro do regime de dominação em que vivemos. Ou seja, no discurso absoluto dominante (branco e masculino), o lugar de fala da masculinidade e da branquitude tem autorização discursiva, enquanto o lugar de fala da negritude e das mulheres é marcado pelo silenciamento.

A reivindicação de lugares de fala que confrontam o discurso hegemônico, nos mostra a necessidade de visibilizar e viabilizar as histórias que não são contadas. É este o caso das mulheres negras. Ao colocar-se em oposição ao pensamento moderno ocidental sustentado pela superioridade eurocristã (branca e patriarcal), a voz da mulher negra torna-se uma prática de resistência diante do discurso legitimado pela hegemonia. Para que essas histórias sejam contadas, é preciso que as narrativas das mulheres negras estejam em constante disputa e se oponham ao projeto colonial que, historicamente, silencia e desautoriza identidades e epistemes em detrimento de outras. Assim, pode-se dizer que, para legitimar outros lugares de fala, se faz necessário um processo de descolonização epistêmica que se comprometa em criticar a epistemologia universal. Por isso, destaca Ribeiro:

Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento (RIBEIRO, 2017 p. 29)

Nesse sentido, as mulheres negras, enquanto oposição da branquitude e da masculinidade, através de seus discursos, têm a possibilidade de quebrar o olhar colonial lançado sobre seus corpos e saberes e, conseqüentemente, refutar o princípio de universalidade epistêmica. Pode-se dizer, também, que a oposição em relação à branquitude e à masculinidade coloca a identidade das mulheres negras em confronto direto com o discurso hegemônico e lhes confere um não lugar social. Segundo Ribeiro, a partir das contribuições de Grada Kilomba<sup>10</sup>:

Ainda sobre a mulher negra, continua Kilomba, ser essa antítese de branquitude e masculinidade dificulta que ela seja vista como sujeito. O olhar tanto de homens brancos e negros e mulheres brancas confinaria a mulher negra num local de subalternidade muito mais difícil de ser ultrapassado (RIBEIRO, 2017, p. 44)

Entretanto, mesmo que as mulheres negras ocupem esse lugar social de subalternidade, precisamos compreender que este não lugar também é um lugar de potência, como exposto na escrita de Ribeiro: “Seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser

---

<sup>10</sup> Grada Kilomba é uma escritora, teórica, psicóloga, artista e performer portuguesa. Autora de *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano* (2008).



doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência.” (2017, p. 46).

Dessa forma, as mulheres negras, enquanto antítese da branquitude e da masculinidade, ocupam e caracterizam, socialmente, um não lugar. Ao mesmo tempo, estas mulheres negras, que compõem grupos marcados por processos de desumanização, como a escravização, têm a possibilidade de fazer deste não lugar, um lugar potente. Assim, o local da subalternidade pode converter-se em um lugar para descolonizar, transgredir e conferir a este grupo não só o direito à voz, mas também, o direito à existência.

É preciso ressaltar que, no Brasil, além de ocuparem um não lugar, as mulheres negras precisam carregar o pesado fardo de uma história marcada pela escravização e pela exploração. O país que datou a abolição da escravatura mais tardia da América Latina insiste em acreditar no mito da democracia racial, ao mesmo tempo em que ignora a situação de violência, discriminação e genocídio que se encontram a população negra brasileira. Nesse contexto, insere-se a produção de Conceição Evaristo. A escritora, ao reivindicar um lugar de fala e um protagonismo dentro do discurso literário, faz da sua escrita um lugar de denúncia e resistência diante dos discursos autorizados.

Valendo-se desse mecanismo literário-político, Evaristo despretensiosamente conceitua o termo *escrevivência*. Desde 1995, já utilizando o termo sem conceituá-lo precisamente, a escritora revela ao *Jornal Nexo*, que nunca tinha pensado em criar o termo. Ao participar de uma mesa de escritoras negras, no seminário *Mulher e Literatura*, Evaristo utiliza o termo pela primeira vez e destaca o real compromisso de sua produção: “nossa *escrevivência* não é para adormecer os da Casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2017). Sendo umas das favoritas na recente disputa para uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), Evaristo recebeu apenas um voto e trouxe à tona o racismo estrutural imbricado nas posições de poder das instituições brasileiras. Para a autora, a academia tem dificuldade de lidar com textos provenientes de pessoas que não falam sob a ótica dos colonizadores e das culturas hegemônicas. Por isso, faz um esforço em negar estas escritas, estas *escrevivências*:

Acho que a dificuldade da academia em lidar com os nossos textos, dizendo que nós só contamos memórias, é porque é uma memória que, justamente, a academia não quer saber. Sonegaram a nossa história, sabemos muito pouco da trajetória dos africanos no Brasil. Sabemos muito pouco dessa trajetória de protagonismo. Nossa história de resistência é muito pouco contada: até os anos 1980, a ciência histórica valorizava a canetada da Princesa Isabel e não a história dos quilombos. E por isso também a academia tem dificuldade de lidar com nossos textos de memória: assim como nega nosso passado de protagonismo, nega nosso direito à memória. Acho que a literatura é um espaço em que a gente pode reivindicar ou afirmar nosso

direito à memória. (EVARISTO, 2017, s.p)

Ao recusar as escrituras de Evaristo e a reconstrução de uma memória coletiva negra, a academia reforça os processos sócio-históricos de silenciamento impostos à população negra brasileira. Além disso, a fala de Evaristo opõe-se à postura da academia, que insiste em legitimar pensamentos colonizados enquanto rejeita práticas decolonizadoras.

Portanto, pode-se dizer que as escrituras demarcam um lugar de potência, pois se propõem, dentro do discurso literário, a denunciar o racismo e as violências estipuladas pela matriz de dominação. Ainda em entrevista ao *Nexo*, Evaristo afirma: “minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra”. Por isso, o lugar social ocupado por Evaristo relaciona-se com o lugar de fala que a autora reivindica. Assim, ao assumir-se enquanto mulher negra em sua produção, a escritora opta por uma postura decolonial que coloca a narrativa do povo negro e das mulheres negras em disputa no âmbito literário.

### 3 LITERATURA AFRO OU NEGRO-BRASILEIRA?

Antes de falarmos em Literatura Afro e/ou Negro-brasileira, precisamos discutir o processo de consolidação da Literatura Brasileira. Dentro de um regime de dominação política e econômica, o colonialismo também influenciou na produção artística, cultural e literária da Colônia. Nesse sentido, a literatura brasileira teve como baliza os movimentos artísticos transplantados da Europa. Ao entender-se como uma continuidade das letras lusas, a literatura brasileira formou-se no âmago da matriz colonial e, conseqüentemente, abafou aspectos da cultura nacional. Ou seja, o teor dessa escrita reforçou o pensamento e as práticas colonizadoras da matriz de dominação.

Dessa forma, pode-se dizer que a literatura brasileira, bem como outras áreas do conhecimento, rejeitou a presença e a existência da negritude como parte integrante do Brasil. Por essa razão, tornou-se necessário reivindicar um lugar dentro da literatura nacional que se propusesse a viabilizar e legitimar a produção que deseja, sobretudo, reafirmar e resgatar a cultura, os costumes e a história da população negra. Com este pano de fundo, nascem os conceitos Literatura Afro-brasileira e Literatura Negro-brasileira, que discutiremos a seguir.

No artigo *Literatura afro-brasileira: um conceito em construção*, Eduardo de Assis Duarte<sup>11</sup> aponta que a literatura afro-brasileira ocupa um espaço específico dentro das letras nacionais. Também neste texto, o autor estabelece, a partir de constantes discursivas, critérios que consideram as especificidades da produção literária proveniente dos brasileiros descendentes de africanos. Discutamos, então, os elementos que, para Duarte, configuram o discurso literário afro-descendente.

O primeiro, temática, coloca a presença negra em evidência. Como confirma Octavio Ianni, “o negro é o tema principal da literatura negra” (IANNI apud DUARTE, 2008, p. 12). Dessa forma, a construção do sujeito negro não se restringe ao plano individual, ela se apresenta como “universo humano, social, cultural e artístico” (IANNI apud DUARTE, 2008, p. 12) que mantém essa literatura. Isto é, a literatura afro-brasileira se constitui a partir de escritas permeadas pela denúncia da escravização, do genocídio e da condição de subalternidade imposta aos negros.

O segundo aspecto, autoria, refere-se ao sujeito por trás da escrita, “ou seja, uma escrita proveniente de autor afro-brasileiro, e, neste caso, há de se atentar para a abertura implícita ao sentido da expressão, a fim de abarcar as individualidades muitas vezes

---

<sup>11</sup> Eduardo de Assis Duarte é crítico literário e professor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

fraturadas oriundas do processo miscigenador” (DUARTE, 2008, p. 12). Nesse sentido, ao considerar aspectos fenotípicos e biográficos, a literatura afro-brasileira também considera as dificuldades de se identificar enquanto negro no Brasil. Entretanto, a defesa de uma literatura negra proveniente de autor (a) negro (a) é imprescindível para que o texto afro-brasileiro não seja reduzido ao negrismo, que consiste em uma literatura que apenas se utiliza da temática negra, isto é, constitui-se como “uma literatura negra de autoria branca” (DUARTE, 2008, p. 14).

O terceiro elemento, entrelaçado ao segundo, trata-se do ponto de vista. Esse elemento constitui-se não só pela perspectiva do mundo autoral, mas também apresentará um conjunto de valores ideológicos que sustenta a construção textual até mesmo em escolhas linguísticas e vocabulares. Nessa lógica, quando se reivindica um espaço enunciativo, surge uma nova visão de mundo em relação à história, ao passado, à ancestralidade e à cultura da população negra. Por isso, há uma necessidade de construir uma literatura distinta da do branco, que se pretenda superar o modelo eurocêntrico. Portanto, pode-se dizer que a literatura afro-brasileira se estabelece em uma nova cadeia discursiva; conforme Duarte (2008, p. 18), essa nova cadeia surge “Ao superar o discurso do colonizador em seus matizes passados e presentes, tal perspectiva configura-se enquanto discurso da diferença”.

O quarto aspecto, linguagem, funda-se a partir de uma discursividade específica. Antes, é preciso afirmar que a literatura, elaboração discursiva com finalidade estética, se faz na linguagem e pela linguagem. Além de ser fruição estética, o texto literário utiliza-se da linguagem para apontar valores estéticos, políticos, ideológicos e culturais. Dessa forma, a literatura afro-brasileira se constrói a partir de uma discursividade específica, que enfatiza novos ritmos e significados e que apresenta vocabulário e práticas linguísticas oriundas do continente africano. Segundo Duarte, a linguagem é um dos principais fatores que demarcam as diferenças culturais na produção literária, portanto:

a afro-brasilidade torna-se-á visível já a partir de uma discursividade que ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua. (DUARTE, 2008, p. 18)

Para exemplificar, podemos usar os signos “negro” e “negra”, que carregam historicamente um sentido pejorativo. Na literatura afro-brasileira, esses termos adquirem outros sentidos, onde “negro” e “negra” passa a ser sinônimo de beleza, resistência e

orgulho.

O quinto e último elemento se refere ao que chamamos de público. Em virtude das diferenças culturais e de um desejo de afirmação identitária, o projeto literário afro-brasileiro formou um público específico. Criaram-se outros espaços mediadores entre texto e público, como saraus periféricos, disputas de rap e manifestações políticas. Estes espaços foram e são muito importantes para que se estreite a distância entre a literatura afro-brasileira e o público. Embora seja um contexto adverso, disseminar a literatura afro-brasileira e colocá-la em disputa é uma forma de romper com a estrutura social vigente em que somente alguns têm autorização para falar.

Bem como Duarte, Cuti<sup>12</sup> trava um ótimo debate acerca da literatura brasileira proveniente de negros e negras, em que o autor rejeita a terminologia “afro-brasileira”, cunhada pelo antropólogo Gilberto Freyre a partir de uma ideia de hierarquia cultural. No livro *Literatura Negro-brasileira*, o poeta Cuti coloca em debate o conceito que intitula o livro. Ao compreender a influência europeia diante da política e da economia do Brasil-Colônia, é preciso admitir que o continente europeu também exerceu influência no modo de escrever brasileiro. Nas palavras de Cuti (2010, p. 15): “No Brasil, durante os quatro primeiros séculos, escritores ficaram à mercê das letras lusas. O domínio político e econômico também se refletia no domínio cultural, incluindo a literatura”. Em vista disso, a literatura produzida no Brasil apresenta o preconceito e o racismo imbuídos na formação do país, que nega às mulheres negras e aos homens negros o direito à humanidade:

[...] nesse contexto, os descendentes de escravizados são utilizados como temática literária predominantemente pelo viés do preconceito e da comiseração. A escravização havia coisificado os africanos e sua descendência. A literatura, como reflexo e reforço das relações tanto sociais quanto de poder, atuará no mesmo sentido ao caracterizar as personagens negras, negando-lhes complexidade e, portanto, humanidade (CUTI, 2010, p. 16)

A negação da humanidade aos negros na literatura apresenta-se como reflexo da época, visto que os intelectuais recorriam a uma biológica superioridade branca, tese que legitimou toda a brutalidade do processo escravista e serviu como justificativa de discriminação no pós-abolição. Para Cuti (2010, p. 17), a literatura foi um instrumento para fundamentar as atrocidades do regime escravista, pois a tentativa de justificar o injustificável serve para eximir a culpa dos colonizadores: “Legitimar a violência da

---

<sup>12</sup> Luiz Silva, mais conhecido pelo pseudônimo Cuti, é um escritor e poeta brasileiro. Autor de *Literatura Negro-brasileira* (2010) e um dos criadores da série de antologias *Cadernos Negros*.

dominação dos povos é uma forma de aliviar a culpa. É transformar toda a violência, por mais brutal que tenha sido, em algo aceitável e humanamente necessário”.

No capítulo 2, “Interlocuções”, Cuti faz uma extensa discussão acerca da recepção. Ao salientar que a crítica era majoritariamente branca, o autor aponta o espaço restrito que o escritor negro-brasileiro ocupava. Nesse sentido, entende-se que a crítica opera como um limite de recepção diante da produção literária negro-brasileira. Por estas razões, o autor negro-brasileiro passa a omitir ou abafar sua negritude na escrita, para assim, garantir certo alcance e espaço no âmbito literário. O cenário muda, afirma Cuti, nos anos 70, com a primeira publicação de *Cadernos Negros* e o surgimento do Movimento Negro Unificado. Ao escrever uma literatura que desacomoda a branquitude e reivindica os direitos do povo negro, criam-se um novo horizonte e, conseqüentemente, uma nova recepção.

Em “Negro ou Afro não tanto faz”, também capítulo da obra, Cuti faz uma defesa do signo “negro” para a constituição do conceito. Para o escritor, o prefixo “afro”, nos remete a África e reduz a literatura negro-brasileira a um apêndice da literatura africana, pois para o autor:

Afro-brasileiro e “afro-descendente” são expressões que induzem a discreto retorno à África, afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana. Em outras palavras, é como se só à produção de autores brancos coubesse compor a literatura do Brasil (CUTI, 2010, p. 35-36)

Como exposto, reduzir a literatura negro-brasileira a um apêndice e relacioná-la à literatura africana é o mesmo que confinar a literatura brasileira somente a produção dos brancos. Nesse sentido, dizer-se “afro” significa rejeitar a negritude brasileira e o racismo brasileiro, como se a literatura africana pudesse combater o racismo brasileiro. Além de reduzir o continente africano a um bloco homogêneo, a utilização do termo ignora o fato de que a literatura produzida em África também é feita por autores brancos, assim entende Cuti:

Atrelar a literatura negro-brasileira à literatura africana teria um efeito de referendar o não questionamento da realidade brasileira por esta última. A literatura africana não combate o racismo brasileiro. E não se assume como negra (CUTI, 2010, p. 36)

Cuti entende que o termo “afro” abriga, também, pessoas não negras, ou seja, pessoas brancas ou mestiças. Portanto, pode se referir as pessoas as quais o racismo não atinge, já que não apresentam no corpo a identidade da herança africana e não experimentam a discriminação racial imposta aos corpos negros. Assim, a escrita “afro”

proveniente desses sujeitos adquire um teor diferente, pois consideramos que estes sujeitos se inscrevem em outro locus social e, portanto, em outro lugar de fala.

Dessa maneira, Cuti demarca a literatura negro-brasileira como resultante de uma autoria negra que se assume enquanto tal. Por isso, a diferença crucial entre a escrita afro-brasileira e negro-brasileira é que a última é produzida por um sujeito que apresenta características fenotípicas e, conseqüentemente, experiencia o racismo.

Por fim, o autor indaga sobre a necessidade de delimitar, dentro das letras nacionais, um lugar específico para a produção literária negro-brasileira. Conforme Cuti, a literatura brasileira, por sua condição branca e eurocêntrica, já corresponde ao discurso hegemônico:

Não se diz que um escritor branco-brasileiro produz literatura euro-brasileira, nem tampouco branco-brasileira. Por que, então, o destaque negro-brasileiro? Porque a questão puramente cultural é uma falsa questão. Todos têm direito a toda cultura do mundo, inclusive à de sua herança histórica. (CUTI, 2010, p. 41)

Por isso, se faz importante destacar a literatura negro-brasileira quando falamos em literatura brasileira, para romper com o ciclo vicioso que nos direciona a entender por universal o discurso dos colonizadores.

Portanto, seja a partir das contribuições de Duarte ou das de Cuti, podemos afirmar a literatura afro ou negro-brasileira enquanto expressões que pretendem romper com a lógica colonial do discurso dominante que, por séculos, empenhou-se em sufocar e apagar a presença negra do âmbito literário nacional.

### 3.1 A LITERATURA AFRO E/OU NEGRO-BRASILEIRA COMO CONFRONTO AO APAGAMENTO E AOS ESTEREÓTIPOS

Antes de tudo, precisamos confirmar o apagamento da literatura negro e/ou afro-brasileira das letras nacionais como um sintoma histórico-político-social. Dessa forma, podemos compreender que a construção desse apagamento constituiu-se, ao longo dos séculos, desde as primeiras manifestações genuinamente brasileiras que surgiram no período colonial. Porém, pode-se dizer que, concomitantemente ao esforço de apagamento, existiu uma tímida representação negra concebida por parte do cânone literário. Entretanto, as representações construídas a partir das classes detentoras do poder político-econômico, em grande maioria, com certo equívoco, reforçaram estereótipos quanto aos negros e

mestiços.

Em vista disso, é inevitável citar Gregório de Matos. Embora seja uma grande referência do barroco brasileiro, o “Boca do Inferno”, como também era chamado, desvela, em muito de seus poemas, o olhar depreciativo quanto ao homem africano e seus descendentes. Ao mesmo tempo em que menospreza e inferioriza o homem mulato, considerando-o um imitador fracassado do homem branco, também exalta a sexualidade do corpo da mulher mulata (EVARISTO, 2011). Dessa forma, o poeta fortalece uma literatura que reflete as relações político-sociais estabelecidas desde o Brasil colonial, pautada pela superioridade branca.

Outro clássico exemplo é o livro supostamente abolicionista *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães. No romance, o escritor monta uma personagem escravizada totalmente embranquecida, assim descrita na obra: “uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: Cor clara e tez delicada como de qualquer branca; olhos pretos e grandes; cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondedados; boca pequena, rosada e benfeita” (GUIMARÃES, 2012, p. 113-114). Além de ser uma escrava branca, em muitos momentos, o comportamento e os modos da protagonista são atrelados à brancura de sua pele. Nas palavras de Conceição Evaristo, a obra revela que Guimarães é um autor que foi “incapaz de compor uma heroína que pudesse ser negra, desenha a protagonista como uma escrava mulata, quase branca, educada pela sinhá que lhe transmite todos os valores de uma educação europeia” (EVARISTO, 2011, p. 138).

Em confronto às representações equivocadas e caricatas, é essencial que se reivindique a existência da literatura afro e/ou negro-brasileira e que esta produção seja devidamente reconhecida no cenário nacional. Assim reiteram as produções de Ana Maria Gonçalves, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, pois rompem com a produção literária colonizada que corrobora com o apagamento da história e da cultura não pertencente à tradição dominante. Nesse sentido, pode-se afirmar a escrita de tais autoras como um ato que pretende preencher a lacuna gritante de representação de mulheres negras na literatura, visto que, conforme Simone Pereira Schmidt “especialmente a partir dos anos 1990, o debate sobre a necessidade de se rever o apagamento, até então predominantemente, de representação das mulheres negras nos discursos culturais em geral” (SCHMIDT, 2013, p. 232). Diante do esforço de apagamento da literatura negra, sobretudo de mulheres, podemos entender a literatura afro e/ou negro-brasileira escrita por mulheres como um polo de resistência que vai à revelia do discurso tradicional e colonial. Assim, as obras de Gonçalves, Reis, Jesus e Evaristo opõem-se às produções



historicamente reconhecidas e que compõem o cânone brasileiro, pois montam um retrato decolonial das relações políticas, sociais e econômicas que se estabeleceram e se estabelecem no Brasil.

### 3.2 VOZES-MULHERES<sup>13</sup> NA LITERATURA AFRO E/OU NEGRO-BRASILEIRA

Ao defendermos a literatura afro e/ou negro-brasileira como confronto ao cânone, precisamos evidenciar, dentro dessa vertente, a voz das escritoras negras. Enquanto antítese da branquitude e da masculinidade, essas mulheres não só romperam com o discurso dominante impregnado na produção literária, como também encontram formas de penetrar o mercado editorial brasileiro que excluiu – e ainda exclui – as mulheres, sobretudo as mulheres negras. Assim, se faz necessário reconhecer a escrita das mulheres negras e afirmar o conteúdo dessas produções como um instrumento para confrontar o apagamento e as representações equivocadas presentes nas letras nacionais.

Quando abordamos *Um defeito de cor* (2006), podemos afirmar que o romance não se compromete somente em contar a história de uma mulher negra escravizada e depois liberta; se compromete, sobretudo, em recontar a história e o passado da escravização no Brasil, sob o ponto de vista do corpo negro escravizado, violentado e violado. Nesse sentido, trata-se de uma produção que afronta a literatura hegemônica, pois traz uma protagonista mulher e negra, Kehinde, escrita por outra mulher negra, Ana Maria Gonçalves. Nascida em Ibiá, Minas Gerais, a escritora e ex-publicitária Ana Maria Gonçalves é também autora do livro *Ao lado e à margem do que sentes por mim* (2002), obra que também traz uma protagonista negra.

Muito antes de Gonçalves, a maranhense Maria Firmina dos Reis já tecia uma escrita decolonial de resistência. Em *Úrsula* (1859), primeiro romance brasileiro escrito por uma mulher, a autora denuncia a condição imposta aos escravizados. Na figura do negro escravizado Túlio, a escritora exalta os valores e a generosidade do jovem negro enquanto coloca-o em pé de igualdade diante do homem branco, representado por Tancredo. Além disso, Reis compõe a personagem Tancredo como alguém que condena a escravização e rejeita a ideia de inferioridade dos africanos e seus descendentes, assim segue no trecho:

Dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu

---

<sup>13</sup> Vozes-Mulheres é um poema de Conceição Evaristo publicado no livro *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008).

amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo, que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante. Sim - prosseguiu - tens razão; o branco desdenhou a generosidade do negro, e cuspiu sobre a pureza dos seus sentimentos! (REIS, 2018, p. 106)

Conforme exposto no excerto, o discurso antiescravista transversaliza praticamente toda a obra de Reis, por isso, além de consolidar-se como o primeiro romance publicado por uma mulher, o livro de Reis se firma como precursor da literatura afro e/ou negro-brasileira.

Nascida em Sacramento, município do interior de Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, na extinta Favela do Canindé, às margens do Rio Tietê. Catadora de papel, Jesus escreveu, durante a década de 50, o livro que, mais tarde, seria publicado e intitulado *Quarto de Despejo* (1960). Nas páginas de sua obra, Jesus denuncia a realidade da fome e da miséria a qual estava submetida. Ao compreender a favela como uma lata de lixo, a escritora critica as estruturas opressoras e desiguais da modernidade, conforme Jesus (2014, p. 32): “... Eu classico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos”. Já quando o assunto é o 13 de maio, data da abolição, Jesus considera a fome como a escravatura moderno imposta aos negros e pobres do Brasil, segundo Jesus (2014, p. 32) “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome!”. Embora tenha enfrentado uma vida difícil, Carolina, mulher negra e pobre, forjou o seu espaço nas letras nacionais e, também, no cenário internacional, pois seu best-seller, *Quarto de Despejo*, foi traduzido para 13 línguas.

Natural de Belo Horizonte, MG, a escritora Conceição Evaristo produz uma literatura impregnada de denúncia ao racismo e às condições dos homens negros e das mulheres negras no Brasil. Nas obras *Becos da Memória* (2006), *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Olhos D'água* (2014), Evaristo desenvolve narrativas sob o ponto de vista de mulheres negras que ora tentam reconstituir uma memória coletiva dos negros, ora denunciam as condições de violência extrema impostas à população negra, assim vemos no excerto de “Maria”, conto do livro *Olhos D'água*:

*Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida,* disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: *Lincha! Lincha! Lincha!...* Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria. (EVARISTO, 2014, p. 42)

Com temáticas muito próximas, é possível dizer que o teor da escrita de Evaristo e das demais autoras negras se cruzam. Tal fato está diretamente relacionado à condição de mulher negra que essas escritoras experimentam. No exercício de refletir sobre a própria produção, Conceição Evaristo declara não ter dúvidas que há uma literatura afro-brasileira e ressalta “a presença de uma vertente negra feminina, no interior dessa literatura” (EVARISTO, 2011, p. 132). Ainda no que se refere ao conteúdo da escrita afro-brasileira, Evaristo atenta para a subjetividade que se manifesta a partir da autoria. Para a escritora, por meio desse fator subjetivo, o sujeito autoral (homem ou mulher) constrói, inventa e, conseqüentemente, cria um ponto de vista no texto, como relata na passagem: “quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um *corpo-mulher-negra* em *vivência* e que por ser esse *o meu corpo, e não outro*, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta” (EVARISTO, 2011, p. 132).

Em entrevista ao site da Editora Record, Gonçalves foi questionada sobre *Um defeito de cor* ter sido escrito sob a ótica feminina, bem como sua primeira publicação *Ao lado e à margem do que sentes por mim*. Sem delongas, a autora justificou que optar por escrever sobre um universo conhecido facilita na composição das personagens e, ademais, declara “para a história que eu queria contar em *Um defeito de cor*, a escolha de uma personagem/narradora era essencial, pois muitas coisas e muitas situações somente eram vivenciadas pelas mulheres e não fazia muito sentido colocar um homem para contá-las, além do que há todo um matriarcado interessante na tradição africana, que eu não poderia deixar de obedecer também no livro”.

Por isso, ao tratarmos das produções de Gregório de Matos e Bernardo Guimarães, precisamos salientar que tais autores ocupam um lugar social privilegiado e gozam de um lugar de fala autorizado, enquanto homens brancos. Segundo Walter Mignolo (2014), a matriz colonial regula-se pela instância enunciativa, que se sustenta por dois fatores: o patriarcado e o racismo. Enquanto o patriarcado regula as relações sociais de gênero, o racismo regula as classificações humanas com base no sangue na cor da pele. Ambos os aspectos colonizam o conhecimento e o saber, visto que as mulheres, os indígenas e os negros são excluídos e têm um acesso restrito aos espaços intelectualizados. Pode-se dizer, assim, que a colonialidade do saber, calcada pelo patriarcalismo e pelo racismo, influenciou, por muito tempo, na produção literária brasileira, majoritariamente, representada pela visão do homem branco. Dessa forma, em oposição ao discurso dominante (branco e masculino), as autoras negro e/ou afro-brasileiras, por ocuparem um

lugar social subalterno, enunciam-se de um lugar outro, enquanto mulheres negras. Esse seria um ponto irrelevante se a cor da pele significasse, de fato, somente a cor da pele. No entanto, no Brasil, a cor da pele concede ao sujeito outro passado, outra história, outra condição socioeconômica e tal fato, inevitavelmente, se traduz materialmente na constante discursiva da construção literária (DUARTE, 2008).

Portanto, é importante reivindicar a literatura afro e/ou negro-brasileira, sobretudo a literatura proveniente de mulheres negras, como uma vertente capaz de decolonizar a literatura nacional. Ainda que declaremos essa literatura negro e/ou afro como um campo em construção, também podemos dizer que esta literatura já existe, resiste e se manifesta não só nas páginas de Ana Maria Gonçalves, Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, mas também nas escritas de Solano Trindade<sup>14</sup>, Oliveira Silveira<sup>15</sup> e entre outro(a)s escritores(as) negros e negras da contemporaneidade que entendem a necessidade de colocar em disputa as narrativas apagadas e silenciadas dos grupos historicamente oprimidos.

---

<sup>14</sup> Solano Trindade foi um poeta, ator, teatrólogo, cineasta e militante brasileiro. Nascido em Recife, Pernambuco, é autor de *Poemas de uma vida simples* (1944) e *Cantares ao Meu Povo* (1963).

<sup>15</sup> Oliveira Silveira foi um poeta brasileiro que se graduou em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Militante do Movimento Negro em Porto Alegre, foi um dos fundadores do Grupo Palmares, organização que liderou campanhas para o reconhecimento da data 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

#### 4 A PROTAGONISTA KEHINDE/LUÍSA MAHIN

Apresentada como uma sobrevivente, a protagonista Kehinde, mulher negra escravizada, opera como o fio condutor da trama de Ana Maria Gonçalves, que mescla diversas narrativas ficcionais e fatos históricos. Conforme Alice da Silva Moreira (2018, 163), no passado literário “em que a mulher negra é invisibilizada ou representada como objeto sexual e como um corpo para o trabalho-procriação, a construção e a trajetória da personagem Kehinde quebram com a tradição literária”. Por isso, apesar das adversidades imbricadas no cenário colonialista, ao longo do romance, a personagem delineia uma redenção em seu percurso, que rompe com as escritas marcadas pela submissão e por paradigmas restritos.

Nascida em Savalu, reino de Daomé, África, Kehinde tem este nome por ser uma *ibêji*<sup>16</sup> que nasceu por último. Filha, irmã e neta de *abikus*<sup>17</sup>, chegou sem familiares ao Brasil. Taiwo, irmã gêmea, e a avó, *Dúrójaiyé*, também sequestradas para serem escravizadas, morreram durante o percurso entre Uidá e Brasil, devido às precárias condições do navio tumbeiro.

Ao mesmo tempo em que cria Kehinde a partir do corpo negro em condição de escravização, Gonçalves coloca a protagonista como personificação da resistência diante da violência e da dominação colonial imposta aos negros escravizados. Em sua chegada às terras brasileiras, ao ser (re)batizada, a personagem obriga-se a adotar o nome branco “Luísa”. Entretanto, paralelamente, a personagem se (re)afirma e reforça laços com o passado, com a ancestralidade e com a identidade diaspórica, assim vemos:

Para os brancos fiquei sendo Luísa, Luísa Gama, mas sempre me considerei Kehinde. O nome que a minha mãe e a minha avó me deram e que era reconhecido pelos voduns, por Nanã, por Xangô, por Oxum, pelos Ibêjis e principalmente pela Taiwo. Mesmo quando adotei o nome de Luísa por ser conveniente, era como Kehinde que eu me apresentava ao sagrado e ao secreto. (GONÇALVES, 2016, p. 73)

Como vemos no excerto, a identidade diaspórica relaciona-se diretamente com a manutenção religiosa, assim apresenta-se no subcapítulo “Fé”, que revela algumas estratégias dos negros escravizados para o culto de suas divindades. Portanto, pode-se dizer que, mesmo às escondidas e sob a imposição do catolicismo, os negros escravizados não abdicaram de suas crenças:

<sup>16</sup> *Ibêji*: assim são chamados os gêmeos entre os povos iorubás.

<sup>17</sup> *Abikus*: “crianças nascidas para morrer”

Ela me ajudou a cavar um buraco no local onde estava a minha esteira, suficientemente fundo para atingir a base da parede que entrava para dentro da terra, e deixando um oco, como se fosse uma caverna. Foi assim que descobri como os pretos guardavam os seus santos, escondidos dos olhos dos brancos (GONÇALVES, 2016, p. 90)

Além de entender a protagonista de *Um defeito de cor* como símbolo de resistência, é preciso salientar que a construção desta personagem propõe-se a quebrar paradigmas estabelecidos do discurso literário, em que as personagens negras são representadas de forma distorcida e limitada. Nesse sentido, mesmo em condição de escravização, Kehinde adquiriu certa emancipação por meio da alfabetização, visto que, em posição de criada doméstica, pôde acompanhar a sinhazinha Maria Clara em suas aulas de primeiras letras: “Enquanto a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números que o Fatumbi desenhava no quadro-negro, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno. Eu também repetia cada letra que ele falava em voz alta, junto com a sinhazinha” (GONÇALVES, 2016, p. 92).

Para reforçar essa nova representação, de uma personagem negra emancipada, Kehinde, ao conquistar sua liberdade, mostra outras possibilidades, ainda que restritas, para os negros escravizados. Além de liberta e alfabetizada, Kehinde teve uma carreira de sucesso tanto no Brasil quando em Uidá, como podemos explicitar no trecho do subcapítulo “Bem-sucedida”, em que a narradora comenta sobre os negócios empreendidos em São Sebastião do Rio de Janeiro: “[...] ficava no canto apenas à tarde, e mesmo assim os negócios eram muito bons, porque quase ninguém mais tinha mercadorias iguais às minhas” (GONÇALVES, 2016, p. 682). Por isso, pode-se afirmar a protagonista de Gonçalves como um confronto aos paradigmas e estereótipos, pois a autora desenha Kehinde como uma escravizada que supera a condição de escravização e exploração e que passa a ser personagem emancipada, liberta, instruída e bem-sucedida.

Em um passado canônico em que a mulher negra encontra-se invisibilizada ou representada como um objeto sexual e/ou corpo-procriação, a construção e trajetória de Kehinde quebram noções já consolidadas na literatura nacional. Para Conceição Evaristo a ficção brasileira ainda se ancora às imagens de um passado escravista, onde podemos perceber “que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel em que ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe” (2011, p. 139). Ao romper com a tradição literária, diferentemente do que denuncia Evaristo, Gonçalves constitui Kehinde como uma

mulher-mãe que, apesar das dificuldades, tenta exercer sua maternidade. Mãe de Banjokô/José Gama, Omotunde Adeleke Danbiran/Luiz Gama, Maria Clara e João, a personagem Kehinde firma-se como centro de uma descendência.

Além de mãe, Kehinde/Luísa apresenta-se como heroína negra, já que, no romance, é umas das principais líderes na articulação das revoltas de escravizados que estremeceram a Província da Bahia no início do século XIX, bem como na passagem: “[...] o doutor José Manoel apareceu para passar o fim de semana, levando notícias da cidade. Tentei não me abalar porque, a não ser pela Esméria e a Malena, ninguém mais sabia da minha participação na revolta.” (GONÇALVES, 2016, p. 538). Por isso, a figura de Kehinde/Luisa atrela-se à personagem histórica Luísa Mahin, ex-escravizada e heroína negra, ficou conhecida pela participação na Revolta dos Malês (1835) e na Sabinada (1837-1838).

Enquanto Kehinde representa Luísa Mahin, podemos dizer que Omotunde Adeleke Danbiran representa Luiz Gama. Filho mestiço de Kehinde e Alberto, Omotunde/Luís foi vendido pelo próprio pai para pagar uma dívida de jogo. A partir de alguns indícios da escrita, entendemos que a obra se dirige ao filho perdido de Kehinde, Omotunde/Luís, interlocutor do romance. Sendo Omotunde/Luís uma representação de Luiz Gama, é preciso apresentá-lo devidamente. Luiz Gama, advogado e poeta abolicionista, foi um dos raros intelectuais negros no Brasil escravocrata do século XIX. Fora da ficção, Gama desvencilhou-se das leis segregacionistas apontadas por Kehinde, que sonha com o futuro promissor que a sinhá Ana Felipa pode proporcionar a seu filho Banjokô/José Gama:

Eu não me espantaria se, na corte, ela o mandasse estudar para ser padre, apoiada pelo padre Notório, achando que o Banjokô deveria ficar agradecido por seguir tão nobre carreira. Com a influência do padre Notório, ela logo conseguiria para ele uma dispensa do defeito de cor, que não permitia que os pretos, pardos e mulatos exercessem qualquer cargo importante na religião, no governo ou na política. (GONÇALVES, 2016, p. 337)

No excerto, Gonçalves, na fala de Kehinde, explica brevemente o título um tanto quanto intrigante do romance. Em entrevista para a Editora Record, Ana Maria Gonçalves completa a explicação do livro: “No período colonial havia uma lei, entre as muitas outras leis segregacionistas, que impedia que negros e mulatos ocupassem cargos civis, militares e eclesiásticos, reservados aos brancos. Quando o talento, a competência ou a vontade eram muito grandes, o negro ou mulato podia pedir a dispensa do defeito de cor”.

Por isso, pode-se dizer que, apesar do defeito de cor, Luiz Gama ganhou

notoriedade não só pela atuação como advogado, em defesa dos escravizados, mas também por sua produção literária. Em uma carta a Lúcio de Mendonça, escritor e jornalista carioca, Luiz Gama descreve a mãe, Luísa Mahin: “Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito ativa, geniosa, insofrida e vingativa” (GAMA apud MENNUCCI, 1938, p. 20). Além disso, Luiz Gama reforça a resistência de Luísa Mahin quanto ao batismo cristão, aspecto muito presente, também, na personagem Kehinde: “Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã” (GAMA apud MENNUCCI, 1938, p. 20).

Portanto, podemos reivindicar Kehinde/Luísa como uma protagonista decolonial, pois rompe com as representações limitadas inseridas no discurso literário hegemônico. Enquanto mulher negra, emancipada, liberta, mãe e heroína, a personagem pôde ser protagonista da própria história e traçar uma trajetória de luta e redenção que se opõe às narrativas de submissão.

#### 4.1 A HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO BRASILEIRA SOB O OLHAR DA MULHER NEGRA

No contexto colonial, onde a produção econômica era pautada pela monocultura latifundiária e pela mão de obra majoritariamente escravizada, o sujeito negro encontrava-se à margem da sociedade. Logo, africanos e seus descendentes eram anulados das relações de poder sócio-política-econômica estabelecidas na época. Essa estrutura social ecoou, também, na produção literária vigente, assentada sobre o apagamento ou sobre as representações distorcidas do negro. As histórias contadas por Gilberto Freyre, Gregório de Matos, Bernardo Guimarães entre outros, tem um ponto em comum: apresentam uma visão unilateral do “ser negro” no Brasil, pois nos oferecem a perspectiva do colonizador inserido no cenário colonial e escravista. Reconhecidas nacionalmente, as produções desses autores legitimaram e consolidaram narrativas equivocadas e incompletas.

Em vista disso, é necessário denunciar toda violência e desumanização incorporadas ao colonialismo. Para Daiana Nascimento dos Santos, as páginas de Ana Maria Gonçalves acusam, em certa medida, uma nova consciência social da perspectiva contemporânea em relação à escravização, porque “explora as infinitas possibilidades para



ler a história silenciada por tanto tempo”<sup>18</sup> (SANTOS, 2015b, p. 165, tradução nossa). Nesse sentido, é possível entender *Um defeito de cor* como uma obra que se propõe a romper com o ciclo do silêncio, que lança os sujeitos negros para a subalternidade. A narrativa que explicita a violência física, sexual e psicológica direcionada aos negros escravizados, nos proporciona o olhar da mulher negra, recurso pouquíssimo utilizado no discurso literário. A trama delineada por Gonçalves, ainda, se propõe a narrar a história do Brasil, pois, ao final do romance, traz uma extensa bibliografia que serviu como material de estudo para a criação da obra. Assim, ao nos contar a própria história, Kehinde/Luísa compromete-se em contar, também, a história do Brasil. Isto é, a personagem representa e apresenta histórias que foram sufocadas pela matriz de dominação, pois desconfigura a história que nos foi contada, sob uma determinada perspectiva (colonizada) e nos proporciona uma história outra, sob outro olhar (decolonial).

Desse modo, o romance mostra uma experiência colonial violenta, na qual a mulher negra é central, pois “*Um defeito de cor* é um exemplo concreto deste projeto criativo em que emerge uma voz feminina e negra que reinventa a história, valida o universo negro na identidade brasileira e reivindica o papel que tem cumprido a mulher negra nestes processos”<sup>19</sup> (SANTOS, 2015b, p. 177, tradução nossa).

Além disso, a narrativa da protagonista de Gonçalves constrói um discurso insurgente dentro da literatura nacional, pois fornece outras possibilidades às personagens negras, fato que transgride a lógica colonial. De acordo com Djamila Ribeiro, é importante assinalar o lugar subalterno destinado às mulheres negras como um lugar que rompe silêncios e refuta o discurso colonial, pois:

mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências. Colocá-las num lugar de quem nunca rompe o silêncio, mesmo com todos os limites impostos estruturalmente, seria confiná-las na mesma lógica que vêm se combatendo? Seria confiná-las num beco sem saída, sem qualquer possibilidade de transcendência. Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias (RIBEIRO, 2017, p. 75)

Assim, ao mesmo tempo em que constrói uma personagem emancipada e dona da própria história, o romance de Gonçalves coloca outra narrativa em disputa diante do

---

<sup>18</sup> No original: “explora las infinitas posibilidades para leer la historia silenciada por tanto tiempo”

<sup>19</sup> No original: “*Um defeito de cor* es un ejemplo concreto de este proyecto creativo donde emerge una voz femenina y negra que reinventa la historia, valida el universo negro en la identidad brasileña y reivindica en rol que ha cumplido la mujer negra en estos procesos”

discurso dominante. Fruto de outra perspectiva, essa outra narrativa reconfigura a “história única” do Brasil, consolidada sob a perspectiva do colonizador.

#### 4.2 A VISÃO DO COLONIZADOR NÃO PODE SER A HISTÓRIA ÚNICA

Ao longo dos tempos, a história do Brasil e da escravização foi contada sob a visão da matriz de dominação, dos colonizadores, dos brancos, dos homens. Tal fato associa-se diretamente com o conteúdo apresentado nessas histórias. Em um esforço de romantizar, apagar e distorcer, esse pequeno grupo privilegiado consolidou a sua perspectiva acerca do colonialismo como uma história única. Assim, o romance *Um defeito de cor* opera na contramão do discurso hegemônico, pois quebra com as representações legitimadas e nos oferece outros olhares, outras histórias.

No livro *O perigo de uma história única* (2019), adaptação da palestra cedida ao TED Talk, em 2009, a nigeriana e escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta que as histórias únicas estão atreladas ao poder: “É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: *nkali*. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro” (ADICHIE, 2019, p. 22-23). Desta forma, podemos dizer que a história única se anuncia como única, pois reproduz o discurso daqueles de detém o poder no contexto colonialista. Por isso, a história do Brasil, ao ser contada sob a perspectiva colonizada de uma elite branca, construiu uma história única que desenhou um retrato harmônico do regime escravista, reforçou a ideia romântica acerca da colonização e fortaleceu o mito da democracia racial.

Além disso, a história única do Brasil reforçou estereótipos delegados aos negros, isto é, reduziu estes sujeitos a um único destino. Nas palavras de Adichie: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a história única” (ADICHIE, 2019, p. 26). Nesse sentido, é importante ressaltar que a história do Brasil, bem como revela *Um defeito de cor*, é uma história de violência e dominação, e também uma história de luta e resistência dos negros escravizados diante do regime.

Portanto, o romance de Gonçalves, ao expor a história da colonização sob o olhar da mulher negra, coloca uma narrativa historicamente silenciada em disputa e contraria as narrativas perversas que se firmaram no discurso hegemônico. Por isso, é fundamental que a literatura afro e/ou negro-brasileira reivindique outras narrativas, pois, conforme Adichie:

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p. 32). Dessa forma, pode-se dizer que *Um defeito de cor* afronta a história única dos colonizadores, pois anseia restituir a humanidade dos povos historicamente discriminados e silenciados, sobretudo, anseia decolonizar a história, a literatura e o pensamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tentou trazer uma pequena contribuição aos estudos decoloniais acerca da literatura afro e/ou negro-brasileira produzida por mulheres. No contexto de apagamento negro e reforço de estereótipos dentro do discurso literário, buscamos discutir tanto a literatura quanto a história sob o olhar da mulher negra materializado na figura de Kehinde/Luísa Mahin. Antes de responder a pergunta principal “de que forma *Um defeito de cor* nos oferece um olhar decolonial sobre a história do Brasil?”, realizamos um percurso de pesquisa e análise guiados por outras perguntas, que culminaram em nosso resultado final.

A partir do ensaio de Aimé Césaire, levantamos as discussões sobre a violência imbricada ao colonialismo. Sustentado por abusos e maus-tratos, entendemos que, nesse contexto, tanto colonizado quanto colonizador são embrutecidos pelo regime. O primeiro, porque é submetido à violência física, sexual e psíquica. O último, porque impõe essas relações pautadas por um relativismo moral conveniente. Em contrapartida, evidenciamos a postura anticolonial presente na ideia descolonial, defendida por Walter Mignolo e contra colonial, proposta por Antônio Bispo dos Santos. Ambos os autores, ao denunciarem as violações da matriz de dominação, reivindicam a legitimidade de outros saberes e cosmovisões. Isto é, reivindicam o reconhecimento da humanidade dos povos excluídos e subestimados pelo sistema.

Ademais, observamos que esses movimentos anticoloniais se colocam em oposição à matriz colonial enquanto exigem a visibilidade e a existência de suas produções. Mais adiante, analisamos a obra de Gilberto Freyre como um marco para reforçar a ideia romântica diante da escravização, pois o autor pinta um retrato colonial distorcido em que a violência e os abusos foram encobertos pelo racismo à brasileira. Além de esconder o esforço colonial para apagar traços identitários dos colonizados como língua e religiosidade, tal obra validou produções já existentes e inspirou produções posteriores que corroboraram para a formação de um imaginário coletivo que ameniza as atrocidades impostas aos colonizados.

Também constatamos que a perspectiva de Freyre se deve ao lugar social ocupado pelo sociólogo que, desde a casa-grande, expôs somente o ponto de vista do colonizador. Por isso, abordamos as contribuições de Djamila Ribeiro, acerca do conceito *lugar de fala*, que se relaciona diretamente ao lugar social ocupado pelos sujeitos. Assim, Freyre nos oferece uma perspectiva incompleta da realidade e, a partir de seu discurso, ampara uma versão dominante

acerca da história da escravização. Diante dessa perspectiva hegemônica, Ribeiro entende que os povos historicamente silenciados são povos que passaram por processos de desumanização, assim evidencia a voz das mulheres negras como elemento potente para colocar outras narrativas em disputa. No cenário marcado pelo silêncio, debatemos, ainda, o termo *escrevivência*, de Conceição Evaristo, que reafirma o lugar subalterno destinado às mulheres negras enquanto lugar de denúncia e resistência, pois expõe a condição social dos corpos negros e exige o reconhecimento da humanidade desses sujeitos.

Apresentamos, também, a existência da Literatura afro ou negro-brasileira, concepções defendidas por Eduardo de Assis Duarte e Cuti, respectivamente. Como outra vertente da literatura nacional, essa escrita proveniente de autoras negras e autores negros tem papel importante para decolonizar a episteme dominante e possibilitar outras narrativas. Por isso, entendemos *Um defeito de cor* como obra decolonial genuína da literatura afro e/ou negro-brasileira, que pretende confrontar o apagamento e o reforço de estereótipos propagados, ao longo dos tempos, pelo cânone literário. Concluímos, ainda, a construção da protagonista Kehinde também como um ato decolonial, pois explora outras possibilidades do sujeito negro dentro da literatura. Nesse sentido, podemos dizer que Kehinde nos proporciona a perspectiva da mulher negra diante da colonização, porque recupera a história da escravização e do Brasil sob o olhar daqueles que historicamente ocuparam lugares subalternizados. Vale ressaltar que na composição desse olhar decolonial, há um compromisso com a historiografia, pois, através de uma extensa bibliografia, Gonçalves aponta sua vasta pesquisa para a escrita do romance que confunde dentre outras narrativas, as histórias de Kehinde e do Brasil colonial.

Por fim, além de reivindicamos *Um defeito de cor* e a heroína Kehinde enquanto expressões decoloniais que se colocam em oposição ao discurso autorizado e dominante, é fundamental visibilizar a escrita afro e/ou negro-brasileira, sobretudo a escrita proveniente de mulheres negras, pois precisamos preencher as lacunas deixadas pela historiografia literária. Como nos ensinou Amawtay Wasi, é preciso “aprender a desaprender para aprender de outra maneira” (WASI apud MIGNOLO, 2014, p. 7, tradução nossa). Para isso, a academia tem papel imprescindível, pois dar visibilidade e relevância para essas produções é o primeiro passo para que se decolonize o cânone literário e se reivindique um espaço sólido para que essas escritas não hegemônicas possam alcançar leitores excluídos historicamente pela literatura vigente.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977.
- CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. *Estudos de Literatura Contemporânea*, Brasília, 2008.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: SILVA, D. *Literatura, história, etnicidade e educação*. Frederico Wesphalen: URI, 2011.
- EVARISTO, Conceição. Maria. *Olhos D'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.
- \_\_\_\_\_. Conceição Evaristo: 'minha escrita está contaminada pela minha condição de mulher negra'. Entrevista cedida à Juliana Domingos de Lima no *Jornal Nexo*, 26 maio 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99> Acesso em: 25 nov. 2019.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2006.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Portugal: Antígona, 2014.
- MELKEN, Rolando V. Colonialidad y relacionalidad. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (Orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014.
- MENNUCCI, Sud. A carta abolicionista de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. *O precursor do abolicionismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 32, n. 92, 2017.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade*. Niterói, n. 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter. Prefácio. In: \_\_\_\_ (Org.). *Género y descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MOREIRA, Alice. Um defeito de cor: representação decolonial da mulher negra. In: TETTAMANZY, Ana Lúcia; SANTOS, Cristina dos (Orgs.). *Lugares de fala, lugares de escuta nas literaturas africanas, ameríndias e brasileira*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Antônio. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SANTOS, Daiane N. *El océano de fronteras invisibles: relecturas históricas sobre el fin?*. Madrid: Editora Verbum, 2015.

SCHMIDT, Simone. *Os desafios da representação: poéticas e políticas de leitura decolonial*. São Paulo: Via Atlântica, 2013.

WALSH, Catherine. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, Catherine (org.). *Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Tomo I. Quito: Editora Abya-Yala, 2013.

